EDUCAÇÃO COM PESCPECTIVA DE INCLUSÃO: UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA 1

Patrícia Coêlho Lopes[1]; Kellen Cristhina Vieira Araujo[2] ; Révia Mara de Araújo Moreira[3]

[1]Mestranda do PROFLETRAS da UERN, patelaisy@gmail.com

[2]Mestranda do PROFLETRAS da UERN, kellencva@hotmail.com

[3]Mestranda do PROFLETRAS da UERN, reviamara@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como pressuposto, os princípios de igualdade de direitos e a inclusão das pessoas com deficiências nas escolas de ensino regular. Primeiramente o norte advém da Declaração de Salamanca, oriunda da Conferência Mundial de Educação Especial de 1994, que procura desenvolver reflexões críticas sobre as políticas de inclusão de crianças com deficiência no ensino regular. O presente artigo aborda as possibilidades da educação inclusiva sobre o olhar da Psicopedagogia, que na sua essência nos mostra que todos são capazes de aprender. A educação inclusiva é um fator significativo, mas as escolas precisam de conscientização e políticas eficientes de apoio aos alunos com necessidades especiais, o trabalho deve ser coletivo e cooperativo para que as práticas pedagógicas sejam em busca do aprendizado de todos os alunos.

Palavras-Chave: Direito. Educação. Inclusão. Aprendizagem.

Introdução

As referências usualmente feitas de inclusão no campo da educação consideram as dimensões pedagógicas e legais da prática educacional. Sem dúvida, dois campos importantes quando se pretende a efetivação destes ideais. No entanto, uma importante ampliação da discussão sobre os caminhos das políticas públicas para a inclusão escolar seria a consideração do contexto em que se pretende uma sociedade inclusiva.

Pensando nesse pressuposto o conceito da educação inclusiva, é uma mudança da perspectiva, já que em vez de procuramos apenas ajudar os alunos com dificuldades, temos que respeitar as necessidades e apoiar cada aprendente nas suas capacidades para que tenham sucessos.

De acordo com as leituras observamos que o quadro mais significativo e rico para o desenvolvimento educativo de todos os alunos PCDs, considerando suas peculiaridades é a integração na classe comum do ensino regular. São nesses espaços escolares que se podem favorecer os contatos, para criar condições favoráveis ao surgimento de colaboração e ajuda entre os contatos alunos ditos "normais" e os que apresentam alguma deficiência. Então os indivíduos serão capazes de reconhecer e valorizar as diferenças, desta forma acontece o aprendizado.

O objetivo deste artigo é contribuir para a compreensão de como se deu a busca pelos direitos das pessoas com deficiências (PCDs) historicamente, e fazer uma análise sobre a inclusão sobre a ótica psicopedagógica. O debate sobre inclusão escolar tem proporcionado intensa reflexão, questionamentos e muitas dúvidas, especialmente em tempos que as leis estão em busca do direito de igualdade e contra o preconceito que ainda vigora.

Este trabalho divide-se em três capítulos dos quais são discorridos o processo histórico dos movimentos de inclusão e as leis que mesmo proclamadas ainda são desrespeitadas atualmente. Depois falamos sobre a educação inclusiva e a quebra de paradigmas para que ela ocorra de fato, e no último capítulo falamos do olhar do psicopedagogo que sempre esteve voltado para as questões de inclusão e das aprendizagens.

Para este trabalho foi necessária uma revisão da literatura clássica e contemporânea sobre as pessoas com deficiência. Por todas as colocações feitas concluímos que a inclusão é um espaço constituindo de aprendentes heterogêneos, ou seja, alunos de vários níveis de aprendizagem, e à medida que se constrói a cooperação e inclusão são formulados os saberes coletivos, fazendo com que as crianças aprendam significativamente. Cada membro, independentemente de suas características, pode contribuir para a criação de saberes coletivos.

Desenvolvimento

2.1 **O processo histórico do movimento de inclusão.**

Os princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, na França, têm provocado inúmeros debates, segundo Voivodic (2008.p.14) "A luta pelos direitos Humanos encontra seus princípios na Declaração Universal dos Direitos humanos. Esses direitos foram e

tomados nos movimentos sociais na década de 1990, quando emergiu no mundo todo..." A dignidade da pessoa humana é um valor moral e espiritual inerente à pessoa, ou seja, todo ser humano é dotado desse preceito, e tal a constitui o princípio máximo do estado democrático de direito.

Os princípios de igualdade de direitos, respeito à dignidade estão também destacados na Constituição Federal Brasileira 1988, contudo apesar de serem muitos desses direitos foram desrespeitados, principalmente em decorrência dos preconceitos, estigmas e estereótipos acerca das pessoas portadoras de necessidades especiais, excluindo-os do convívio social dos bens e serviços como; trabalho, saúde, lazer e escola que estariam disponíveis para todos. Vejamos o que salienta MEC/SEED (1999, P.18),

> Na era da Globalização em que a competição tem marcado as relações interinstitucionais e as humanas. Mais do que se cuida para que os direitos reconhecidos e proclamados sejam de fato consumidos. Além da Declaração Universal dos Direitos do Homem, outros documentos internacionais e nacionais merecem destaques pelo que contém especificamente as recomendações no que se refere a atenção as pessoas portadoras de deficiências, no âmbito das diversas políticas públicas.

Os movimentos históricos marcados pela exclusão e segregação das pessoas que eram chamadas de portadoras de necessidades especiais (NEEs), hoje em dia não usa-se mais esse termo, têm sido substituídos por propostas Inclusivas, MEC/SEED (1999). Nesse contexto a educação inclusiva é o resultado de momentos históricos, principalmente pela luta dos direitos humanos a partir de 1948. Como também aos movimentos na Europa das famílias de crianças com deficiências, que tentavam convencer a sociedade a incluírem seus filhos em situações de ensino regular. Esse movimento ganhou força na década de 1990, como surgimento da Pedagogia Revolucionária na França, (ou Pedagogia Institucional), que mostrava uma nova maneira de ver a educação. De acordo com Voivodic (2008, p.14);

> A Pedagogia Institucional foi a primeira a perceber a importância de contexto educacional do aluno, revelando que, dependendo da forma coma é visto e trabalhado na escola pode desenvolver-se não (...). A educação inclusiva não reflete apenas o momento presente, mas evidencia o problema social em relação a forma como os deficientes têm sido tratados.

Em 1990, a luta da inclusão elevou-se em escola mundial, com a Liga Mundial pela inclusão, que surgiu nos países Europeus, com a concepção de que, para o desenvolvimento da criança com deficiência, é muito importante o processo de aprendizagem social na sala de aula na convivência com outras crianças.

A constituição Federal Brasileira prevê a educação para todos, isso significa que nos aspectos legais, existem viabilidade prática para que todas as crianças com necessidades especiais tenham acesso à escola de ensino regular. Assim a Constituição Federal garante educação para todos, sem exclusão, em um mesmo ambiente e esse pode e deve ser o mais diversificado, como forma de atingir o pleno humano.

Como sabemos, a educação básica tem a sua finalidade no ensino aprendizagem e o foco é desenvolver o educando em suas potencialidades, considerando que sempre teremos salas de aulas heterogenias, cada aluno com suas particularidades, a educação deve contemplar essa diversidade da condição humana, propiciando oportunidades iguais para o seu desenvolvimento. Magalhães, (2003) aborda conceitualmente que a educação passa a ser o principal elemento que pode propiciar esta convivência de inclusão. No Brasil, a inclusão foi proveniente de todas estas influências e principalmente da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca em 1994. De acordo com González. (2002). "A Declaração de Salamanca, organizada pela UNESCO em colaboração com o governo Espanhol, reúne algumas conclusões em que refletem as orientações para uma sociedade inclusiva". De acordo com González (2002, p.119) as escolas regulares com caráter inclusivo:

> São os meios mais efetivos, para combater as atitudes discriminatórias, criando grupos de boas-vindas, construindo uma sociedade inclusiva e proporcionando educação para todos: além disso, proporcionam uma educação eficiente para a maioria das crianças e melhora a eficácia e em ultimo caso, a relação custo afetividade de sistema educacional.

A Declaração de Salamanca, 1994 reafirma a educação como um direito fundamental, de toda criança do qual deverá ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível de aprendizagem. Assim ela propaga o conceito de inclusão no contexto da educação comum, e linhas de ação sobre necessidades educacionais especiais.

Esse documento de Salamanca é um marco histórico e inspirou os princípios contidos nas propostas lançadas pelas políticas educacionais brasileiras pautadas pela perspectiva

inclusiva e a democratização do ensino. Entretanto, muitas intervenções ainda precisariam ser postas em debate até chegarmos a legislação mais recente sobre inclusão de pessoas com deficiência, como o Decreto nº12.773, de 8 de dezembro de 2025, que instituiu a nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, documento que foca na universalização da educação, abordando como umas das medidas obrigatórias, a elaboração de um Plano Educacional Individualizado – PEI, com objetivo de tornar o processo de aprendizagem mais articulado com as reais condições do estudante com deficiência.

2.2 Por que educação inclusiva?

As escolas inclusivas têm como fundamentos básicos a flexibilidade curricular e metodológica como instituto de aceitar as diferenças individuais de seus alunos. "A questão seria adequar as escolas as diversidades existentes no que se refere a ritmos de aprendizagem, interesse, origem social, dificuldade, habilidade, motivação dos alunos, Magalhães (2003, p.39) Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência. Transtorno Globais de Desenvolvimento e Altas Habilidades/Super-dotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com ensino comum, orientando para o atendimento as necessidades educacionais especiais desses alunos. Vejamos o que diz Mantoan (2003, p.16) sobre a inclusão escolar.

> Fazer valer o direito à educação para todos não se limita a cumprir o que está na lei e implicá-lo sumariamente, às situações discriminadoras o assunto merece um entendimento mais profundo da questão de justiça. A escola justa e desejável para todos não se sustenta unicamente no fato de os homens serem iguais e nascerem iguais.

As pesquisas e debates sobre a inclusão escolar vêm enfatizando que não existem modelos predeterminados para a criação de um sistema de ensino inclusivo, mais eixos norteadores para implementação da diversidade nas salas de aulas do ensino regular. Estas diretrizes legais no âmbito nacional e regional estão pautadas nos documentos internacionais. Sobre essa premissa vale salientar o que afirma Magalhães (2003, p.41).

> A escola deve pensar sua organização curricular de modo a possibilitar a este aluno condições adequadas. Por exemplo, um aluno com deficiência visual pode ser incluído dentro de salas de aulas regulares e necessita de apoios

> complementares; o aluno com deficiência física necessita da quebra de barreiras arquitetônicas (...) tal inclusão beneficia não somente alunos que apresentem algum tipo de deficiência(...)

Inclusão vem do verbo incluir, que significa fazer parte de; ou participar de; inserir-se; ser compreendido. A inclusão é um movimento voltado para o atendimento das crianças com deficiência , buscando o currículo correto para incluí-las. Do ponto de vista educacional, tanto a integração como a inclusão, tratam da incorporação da criança com deficiência pelo ensino regular, porém, existe uma diferença básica. Seguindo, pois essa perspectiva afirma Voivodic (2008, p.17);

> O termo inclusão tem sido usado com múltiplos significados. Em um dos extremos, encontram-se os que advogam a inclusão como colocação de todos os alunos, independente do grau e tipo de incapacidade, na classe regular(...) inclusão parece ser utilizado apenas para remover integração considerando que o melhor é a colocação do aluno com deficiência na classe regular.

Partindo deste conceito, o que então diferencia a integração da inclusão, já que tanto uma com a outra priorizam a incorporação de crianças com necessidades especiais pelo ensino regular? De acordo com Paulon (2005. p.33) "A implementação da educação inclusiva requer a superação desta dicotomia eliminando a distância entre o ensino regular e o especial, que numa perspectiva inclusiva significa efetivar o direito de todos os alunos à escolarização nas escolas comuns de ensino regular." A inclusão é um aprimoramento da integração.

Por fim, nesta perspectiva, concebemos, pois que a educação inclusiva mesmo garantida pelas leis requer uma mudança de postura e quebra de paradigmas e preconceitos, bem como mudança das concepções dos sistemas educacionais abrangendo também atitudes, perspectivas, organização, e ações de propostas pedagógicas para garantir o acesso à permanência e a aprendizagem satisfatória de todos os alunos envolvidos. O processo de inclusão se refere a um processo educacional que visa estender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular

2.3 A escola como um espaço inclusivo.

Entendemos que a inclusão no ensino regular é factível e possível, porém demanda mudanças de atitudes, ou seja, mudanças de comportamento, de ótica e da própria prática educativa (práxis pedagógica). Há dois conceitos diferentes que evidenciam as possibilidades

de a criança aprender nas classe regulares; integração e inclusão. Na integração o trabalho é feito individualmente, refere-se a intervenções necessárias para que a criança com necessidades especiais possa acompanhar a escola. A inclusão é um espaço de convivência no qual o fundamental é o esino-aprendizagem, onde todos possam aprender significativamente.

Para MEC/SEED (1999) A educação inclusiva é anunciada como a forma mais recomendável de atendimento educacional para os alunos com NEES, necessidades especiais; deficiências, altas habilidades e condutas típicas de síndromes. Observamos o que salienta MEC/SEED (1999, p.52), (...) É identificada, hoje como o caminho mais eficiente para a construção da cidadania e da participação social em consonância com a perspectiva da educação para todos e com todos.

A inclusão tem por objetivo alterar as práticas tradicionais de ensino removendo barreiras à aprendizagem e valorizando as diferenças dos alunos, promove a heterogeneidade e construção coletiva de conhecimento e promoção do sucesso de todos. A política Nacional de Educação inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com NEES, orientando os sistemas de ensino para que seja garantido o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem, e continuidade nos níveis mais elevados do ensino. Realçamos o que declara Paulon (2005. p. 34) 2005

> A inclusão é percebida como um processo de ampliação da circulação social que produza uma aproximação dos diversos protagonistas, convocando-os à construção cotidiana de uma sociedade que ofereça oportunidades variadas a todos os seus cidadãos e possibilidades criativas a todas suas diferenças.

Em virtude do que foi apresentado chegamos à conclusão da importância da inclusão e entendemos que, para a inclusão acontecer efetivamente, são necessárias estratégias facilitadoras e também irá se concretizar quando todos os envolvidos acreditarem nas possibilidades e potencialidades dos alunos, quando todos acreditarem que os gestos, atitudes, e planejamentos estão a serviço do aluno, e que este é capaz e pode aprender.

Conclusões

A Psicopedagogia é a área de atenção preocupada com a questão da aprendizagem humana. Surgiu para atender, principalmente crianças e adolescente com problemas na

aprendizagem escolar. O trabalho do Psicopedagogo é de natureza clínica e institucional e de caráter preventivo e remediativo. Na abordagem preventiva cabe ao profissional atuar nas escolas, em cursos de formação de professores implantando recursos preventivos e esclarecendo sobre o processo evolutivo das aprendizagens. Na perspectiva clínica, o profissional reelabora o processo de aprendizagem, desenvolvendo nos sujeitos o prazer de aprender. Observamos o que afirma Magalhães (2003, p. 93) sobre o Diagnóstico das necessidades especiais.

> É uma ênfase considera tradicional, presente no diagnostico psicopedagógico, pois estabelece o desenvolvimento humano como algo natural, linear e não como um processo histórico. Desta forma, todos indivíduos devem possuir as mesmas características desenvolvimentais e passar pelas mesmas fases desconsiderando os traços individuais e grupais.

A Psicopedagogia brasileira mostra que desde os primórdios, sua maior preocupação esteve voltada a inclusão. Pois ao que percebemos ao atender, as crianças, os jovens e adultos com dificuldade de aprendizagem, o psicopedagogo atua com enfoque inclusivo. Colocando-se diante dos aprendentes ajudando-os na superação dos desafios. Também podem auxiliar as instituições na construção de uma efetiva educação inclusiva, fazendo interlocuções, intervenções e diálogos. Para um apoio mais eficaz a essas instituições são necessárias políticas públicas de valorização as diferenças.

A inclusão tem que valorizar a aprendizagem, não basta acolher os alunos com necessidades educacionais especiais. É preciso muito mais, sobretudo garantir o avanço de conteúdos e aprendizagens satisfatórias com estrutura necessárias e um espaço acolhedor, para que a inclusão seja como um espaço de todos e para todos. De acordo com MEC/SEED(1999, P.52) são necessárias algumas mudanças na gestão e nas questões pedagógicas;

> A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando se observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes. Tais medidas de adequação curricular requer análise à parte

A aprendizagem cooperativa facilita a partilha e a confrontação de pontos de vista entre os membros de uma comunidade de aprendentes. O aluno constrói seus conhecimentos que dão sentido as novas aprendizagens. E neste processo qual é o papel do professor? O professor acompanha a aprendizagem, seu papel não é apenas transmitir conhecimentos mais

guiar, encorajar, os fazer questionarem e avaliarem seus próprios percursos. Assim se da à contribuição, ou seja, a valorização do papel do aluno e permitindo a inclusão social. Na perspectiva sócia construtivista as aprendizagens se desenvolvem para e pelo social, troca de interação entre professores e alunos para troca de saberes. A humanização é que conduz a inclusão, e a gestão da aprendizagem na diversidade se dá pelo acompanhamento colaborativo. A diferença enriquece os grupos humanos e consequentemente favorece a inclusão, ao que sabemos o que gera a exclusão não é a deficiência mais a desigualdade. O conhecimento não é propriedade de ninguém, deve ser distribuído para todos.

Na Psicopedagogia o fundamental é conhecer e compreender o processo de aprendizagem, bem com a modalidade de intervenção. Removendo barreiras das aprendizagens, pensando em todos os alunos como seres em processo de ensino aprendizagem heterogêneos.

Num primeiro momento a psicopedagogia estava voltada para a busca e o desenvolvimento de metodologias que melhor atendessem aos portadores de necessidades especiais, tendo como objetivo fazer a reeducação, posteriormente a psicopedagogia passou a buscar melhorias nas relações de aprendizagens. Atualmente o Psicopedagogo atua como mediador entre a instituição social escola e a instituição social família, para isso é necessário que o profissional esteja tecnicamente capacitado, pois a pratica psicopedagógica envolve situações complexas e únicas, e as escolas inclusivas esse trabalho é fundamental e exige uma constante revisão teórica e prática. Segundo Magalhães, (2003) "A tomada de decisão sobre a estratégia de intervenção a ser utilizada após a identificação da dificuldade deve ser coletiva." Isso significa que envolve a família, o grupo social dos alunos, e a gestão escolar. Incluir de verdade requer quebra de paradigmas e centrar-se no único foco; o sucesso dos alunos. Vale salientar o que afirma MEC/SEED(1999, p.2):

> Dentre as inúmeras mudanças que se espera sejam adotadas para a remoção das barreiras à aprendizagem, a relação (aula expositiva. centrada no educador), deve ser substituída por estratégias mais participativa como os trabalhos em grupos, que favorecem as trocas de experiências e a cooperação.

O objetivo do psicopedagogo é levar o sujeito a reintegrar-se a vida normal. respeitando as suas possibilidades e suas diferenças, pois as escolas têm que respeitar as heterogeneidades, o psicopedagogo deve agir nas instituições com um olhar voltado para a

inclusão, voltando os professores a observarem que os alunos com necessidades especiais devem ser avaliados não nas suas potencialidades. Para isso é importante à observação da zona de desenvolvimento proximal (ZDP), conceito criado por Vygosky, que significa a distância entre o que o sujeito deve fazer com a ajuda dos demais e o que pode fazer sozinho, quando alcança o nível de desenvolvimento atual. Na escola os alunos tem que serem vistos como heterogéneos, pois têm níveis diferentes de aprendizado. Neste sentido as investigações e intervenções psicopedagógicas, centram-se no aluno, estimulando as suas potencialidades e levando o professor a conscientização de seu importante papel de articulador de aprendizagem.

Deste modo, concluímos que tornar a aprendizagem interessante é uma das formas de remover as barreiras da aprendizagem, para isso são necessários mudanças nas atitudes e práxis pedagógicas. Essas ações são fundamentais para a construção de uma educação que atenda as necessidades e ao interesse dos nossos alunos. A inclusão se dar num espaço de convivência no qual todos os alunos aprendem. Os princípios fundamentais da inclusão são: respeito ás diferenças, autonomia dos alunos e professores, cooperação na sala, planejamento, e respeito aos agrupamentos heterogéneos. Observamos que esta proposta de ensino inclusivo requer diversificadas formas de intervenção: flexibilidade, gestão do currículo, integração, contribuição e respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem, fazer da escola um lugar para todos

Finalizando este trabalho onde esboço uma discussão proveniente do percurso da investigação sobre inclusão escolar quero enfatizar alguns pontos. Primeiramente, a educação nunca esteve tão pautada nos espaços sociais como nestes últimos anos, e a educação vem sendo um dos temas mais discutidos. A inclusão escolar promove nos alunos a educação conjunta, e tem por objetivo remover barreiras à aprendizagem e valoriza as diferenças dos alunos. No enfoque psicopedagógico, o desenvolvimento da criança é um processo espontâneo, que se relaciona com a totalidade de estruturas do conhecimento, já a aprendizagem é provocada por situações. Pois, todos são capazes de aprender. Os sistemas de ensino devem promover uma formação que possibilite ao professor analisar e implantar práticas de ensino que se adéquem as necessidades educacionais dos seus alunos. Bem como os tornem capazes de compreender os diferentes níveis de acompanhamento e rendimento dos alunos, podendo assim criar novos métodos para alcançar os objetivos desejados e para avaliar segundo as dificuldades de cada educando. Assim, compreende-se então que a educação

não é simplesmente um ato democrático ou apenas um espaço de socialização para pessoas excluídas, o ensino deve atender as diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um deles, entendendo que cada aluno é que tem uma forma diferenciada de aprender.

Referências Bibliográficas

BRASIL, **Constituição Federal** (1988), Rio de janeiro, FAE, 1998. Programa nacional de direitos humanos. Brasília, presidência da república, 1996.

BRASIL, **Decreto nº12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto nº12.686, de 20 de outubro de 2025. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acessado em 25 de mar. 2026.

GOFFREDO, vera Lúcia Flor Sénéchal. **Como formar professores para uma sala de aula inclusiva?** In: Salto para o futuro: Educação Especial: tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. P.-(Série de estudos. Educação a distância, ISSN 1516-2079; V. 9).

GONZÁLEZ, José Antônio Torres. **Educação e diversidade: bases didáticas organizativas.** Porto alegre: Artmed 2002.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Maria de Andrade, **Fundamentos de Metodologia Cientifica.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MAGALHES, Rita de Cássia B. P.(Org).**Reflexões sobre a diferença: uma introdução especial.** Fortaleza: 2° ed, Edições Demócrito rocha, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar o que é? Por que? Como fazer?** Maria Tereza Eglér Mantoan. São Paulo: Moderna 2003. (coleção cotidiano. Escolar). MEC/

SEED. Secretaria de educação a distância. **Salto pra o futuro: educação especial: tendências atuais.** 5. ed. Brasilia, 1999.

MINAYO, Maria Cecilha de Sousa. **O desafio da Pesquisa Social.** In: DESLANDES, Suely Ferreira Pesquisa Social: Teoria Método de Criatividade/Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes: Maria Cecilha de Sousa Minayo (organizadora) 28. Ed Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PAULON, Simone Maineri: **Documento Subsidiário à politica de Inclusão** / Simone Manieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. - Brasília: Ministério da Educação, secretária de Educação Especial, 2005, PRIETO, Rosângela